

O ESTUDO DA ORATÓRIA FORENSE COMO ESSENCIAL AO GRADUANDO EM DIREITO

ANA CAROLINA GIUDICE BEBER¹; JOSÉ FERNANDO GONZALES²

¹ Universidade Federal de Pelotas - annacgiudice@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – jfg.adv@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

A língua é o meio que permite ao ser humano formular e expor os pensamentos, assimilar ideias expostas e interagir com outros. Cada língua possui regras, estruturas gramaticais e, na sua construção existem variantes, significados e adaptações sociais. No entanto, a linguagem nem sempre se manifesta por meio da língua, uma vez que pode ser verbal ou não verbal (TRUBILHANO, 2017).

Dessa maneira, a linguagem verbal é aquela que consiste, em especial, na língua falada ou escrita. No que tange à língua falada, ela pode reunir certas vantagens por possuir uma maior interação e espontaneidade. Possui ritmo, entonação e volume de voz, elementos que tornam sua transmissão mais clara e eficaz (TRUBILHANO, 2017).

Por outro lado, a linguagem escrita representa-se por signos gráficos: é vantajosa no sentido de possibilitar ao emissor planejar e refletir antes de expor e cuidar o nível da linguagem expressada. Todavia, a escrita sem coesão e coerência pode causar confusão ao leitor, sendo necessária a máxima clareza ao expressar-se pela escrita (TRUBILHANO, 2017).

No que tange à linguagem não verbal, esta pode ser tanto um aliado quanto um inimigo no complemento à verbalização propriamente dita. Nela está inclusa, em especial, a linguagem corporal e até o vestuário. Sua aplicação permite conferir maior amplitude na comunicação, trazer maior clareza ou dificultá-la, causando confusão ao receptor (TRUBILHANO, 2017).

Ainda, a percepção da linguagem por meio da expressão facial e dos gestos corporais é de extrema relevância. É muito comum analisar reações e movimentos para compreender melhor o contexto de uma fala apresentada. Já a linguagem do vestuário é mais subjetiva e, muitas vezes, incide no convencimento e validação daquilo que a pessoa está apresentando, seja direta ou indiretamente pelo receptor (TRUBILHANO, 2017). Por consequência, com esse conjunto de elementos, desenvolve-se a oratória, que consiste em conseguir falar bem em público, impactando, persuadindo, argumentando e transmitindo ao ouvinte uma ideia.

Assim sendo, esse aprendizado é de suma importância em qualquer área de formação, em especial ao Direito, no qual a chamada “oratória forense” vem à tona e torna-se uma grande aliada no cotidiano profissional. A oratória, também conhecida como arte da retórica, é a lógica da persuasão por meio da palavra e acompanha a área do Direito desde a antiguidade clássica. Nesse sentido, deve ser uma aliada do jurista, o qual deve entender, dentro da sua própria formação e

estilo, o modo de torná-la simples, objetiva e convincente, adaptando-a conforme o público ouvinte (SILVA, 2011).

Nesse sentido vale ainda destacar que, para uma boa oratória forense, o jurista não deve tão somente ater-se ao conhecimento jurídico e, sim, ser capaz de compreender o seu entorno e outras áreas como a literatura, a poesia e a história. Como, por exemplo, na oratória forense voltada à área penal, na qual é necessário compreender, além do conhecimento perfeito e completo da causa que vai defender, outros caminhos como a sociologia, a criminologia e a psicologia (SILVA, 2011).

Assim sendo, o operador do direito utilizará da oratória em diversos momentos, em especial aquele que optar por atuar no Tribunal do Júri, em que é necessário sustentar a acusação ou a defesa de maneira diferenciada, pois os julgadores são pessoas leigas em geral no que tange ao conhecimento jurídico, sendo de suma importância ir além dos termos técnicos do direito para a transmissão da informação aos jurados.

A linguagem torna-se essencial ao operador do Direito, uma vez que, além do saber jurídico, é necessário saber expressá-lo tanto de maneira escrita -que é o mais aplicado ao longo do curso- quanto de maneira verbal -que é o objetivo de aprendizado do presente projeto de Ensino-.

Dessa forma, o conhecimento e a prática da oratória têm importante papel no fomento das subjetividades do operador do direito, propiciando uma atuação técnica e pessoal dentro do sistema jurídico e acadêmico, de modo a colocar em prática o que é passado dentro das salas de aulas, ou seja, o alicerce teórico e o debate de casos concretos.

Nesse contexto, o presente trabalho apresenta as atividades e objetivos desenvolvidos no projeto chamado “Noções de Oratória Forense”.

2. METODOLOGIA

O projeto é realizado na forma de oficina/grupo de estudos com encontros semanais, presenciais, com atividades práticas em que os alunos irão aprender técnicas de oratória e, posteriormente, a aplicação destas, recebendo *feedbacks* de possíveis melhorias.

O grupo é constituído pelo docente responsável, professor da área de Processo Penal com vasta experiência na área da oratória, e os formandos do curso de Direito do ano de 2023.

Dessa forma, os alunos irão compreender o conteúdo teórico passado pelo docente por meio da sua aplicação em discursos, leituras em voz alta e simulações de audiências e/ou sustentações orais, colocando em prática as atividades relacionadas à oratória que ultrapassam a verbalização propriamente dita, tais como a ambientação, leitura, postura corporal, debates, entre outras.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento os alunos tiveram a oportunidade de aprender e demonstrar o seu próprio processo de aprendizagem e desenvolvimento na oratória. Foram realizadas atividades como:

- Leitura de textos complexos e a transmissão dos sentimentos neles presentes, conferindo dignidade ao expressado pelo escritor;
- Criação de discursos e apresentações de maneira espontânea e rápida;
- Técnicas de controle do tempo, expressão corporal e movimentação durante a fala;
- Controle de emoções e improvisos durante a fala, em especial em casos de interrupções alheias;
- Estudo de casos, que posteriormente serão aplicados em simulações de audiências comuns e no Tribunal do Júri.

Assim, os encontros semanais proporcionam um grupo de alunos aptos para o enfrentamento da prática jurídica e também reflexivos sobre a importância da oratória ao operador do direito no dia-a-dia das atividades jurídicas.

4. CONCLUSÕES

Dessa maneira, as oficinas de oratória realizadas, e ainda em realização, buscam motivar e capacitar os graduandos do curso de Direito a explorar a capacidade de oratória que trazem consigo e, por consequência, desenvolver melhorias e criar falas e posturas que se adequam ao ambiente no qual devem ser operadas.

Sua importância se dá pelas poucas oportunidades que existem para explorar a oratória durante o curso de Direito, já que, em sua maioria, trabalha-se com aulas expositivas e provas escritas, diminuindo as oportunidades de atividades experimentais ao estudante.

Por fim, ressalta-se que há a criação de uma disciplina optativa sobre oratória, que estará presente no próximo ano curricular, o que certamente irá suprir esse déficit aos estudantes. Todavia, como não foi aprovada para este ano, surgiu o projeto aqui apresentado com enfoque em apoiar os formandos do curso.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Trubilhano, Fabio **Linguagem jurídica e argumentação: teoria e prática** / Fabio Trubilhano, Antonio Henriques. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017

Silva, Evandro Lins. **A defesa tem a palavra** / Evandro Lins e Silva. – 4a ed. - Rio de Janeiro: Booklink, 2011.